

ANÁLISE BÍBLICA SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA PROIBIÇÃO DO ÁLCOOL¹

A BIBLICAL ANALYSIS OF ALCOHOL CONSUMPTION AND THE
CULTURAL CONSTRUCTION OF ALCOHOL PROHIBITION

UN ANÁLISIS BÍBLICO SOBRE EL CONSUMO DE ALCOHOL Y LA
CONSTRUCCIÓN CULTURAL DE LA PROHIBIÓN DEL ALCOHOL

Jonathan de Carvalho Luz²

¹ Bacharelado em Teologia.

² Especialista em Engenharia de Sistemas pela Escola Superior Aberta do Brasil. Graduado em Sistemas para Internet pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Graduando em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná, Brasil. E-mail para contato: jhonbahia@gmail.com.

RESUMO

Este estudo investiga como a interação entre cultura e fé cristã molda a compreensão do consumo de bebidas alcoólicas, à luz da perspectiva bíblica. A pergunta norteadora é: como a cultura secular influenciou as práticas cristãs relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas, e em que medida essas práticas se alinham aos princípios bíblicos? O objetivo principal é analisar o ensino bíblico sobre o vinho, contrastando-o com influências culturais, especialmente o proibicionismo, e propor orientações práticas baseadas na temperança. A metodologia envolve análise teológica e exegética de textos bíblicos, apoiada por revisão bibliográfica de autores como Berti (2024) e McDurmon (2017), complementada por exame histórico-cultural da Lei Seca (1920–1933). Os resultados indicam que, nas Escrituras, o vinho é uma dádiva divina associada à alegria e celebração, mas seu uso deve ser regido pela moderação, evitando a embriaguez e considerando a vulnerabilidade de outros. O proibicionismo, influenciado por moralismo protestante e eugenia, distorceu essa visão, promovendo a abstinência como sinal de santidade em algumas comunidades cristãs. Conclui-se que a prática cristã deve integrar liberdade e responsabilidade, priorizando a temperança e o amor ao próximo, com vistas à edificação comunitária e à glória de Deus.

Palavras-chave: Fé cristã. Cultura. Consumo de álcool. Temperança. Proibicionismo. Bíblia.

ABSTRACT

This study investigates how the interaction between culture and Christian faith shapes the understanding of alcohol consumption from a biblical perspective. The guiding question is: how has secular culture influenced Christian practices related to the consumption of alcoholic beverages, and to what extent do these practices align with biblical principles? The main objective is to analyze the biblical teaching on wine, contrasting it with cultural influences, especially prohibitionism, and to propose practical guidelines based on temperance. The methodology involves theological and exegetical analysis of biblical texts, supported by a literature review of authors such as

Berti (2024) and McDurmon (2017), complemented by a historical-cultural examination of the Prohibition Era (1920–1933). The results indicate that, in Scripture, wine is a divine gift associated with joy and celebration, but its use must be governed by moderation, avoiding drunkenness and considering the vulnerability of others. Prohibitionism, influenced by Protestant moralism and eugenics, distorted this view, promoting abstinence as a sign of holiness in some Christian communities. It is concluded that Christian practice should integrate freedom and responsibility, prioritizing temperance and love for one's neighbor, aiming at community edification and the glory of God.

Keywords: Christian faith. Culture. Alcohol consumption. Temperance. Prohibitionism. Bible.

RESUMEN

Este estudio investiga cómo la interacción entre la cultura y la fe cristiana moldea la comprensión del consumo de bebidas alcohólicas desde la perspectiva bíblica. La pregunta central es: ¿cómo ha influido la cultura secular en las prácticas cristianas relacionadas con el consumo de bebidas alcohólicas, y en qué medida estas prácticas se alinean con los principios bíblicos? El objetivo principal es analizar la enseñanza bíblica sobre el vino, contrastándola con influencias culturales, especialmente el prohibicionismo, y proponer orientaciones prácticas basadas en la templanza. La metodología incluye análisis teológico y exegético de textos bíblicos, apoyado por revisión bibliográfica de autores como Berti (2024) y McDurmon (2017), complementado con un examen histórico-cultural de la Ley Seca (1920–1933). Los resultados indican que, en las Escrituras, el vino es un don divino asociado a la alegría y la celebración, pero su uso debe estar regido por la moderación, evitando la embriaguez y considerando la vulnerabilidad de los demás. El prohibicionismo, influenciado por el moralismo protestante y la eugenesia, distorsionó esta visión, promoviendo la abstinencia como señal de santidad en algunas comunidades cristianas. Se concluye que la práctica cristiana debe integrar libertad y responsabilidad, priorizando la templanza y el amor al prójimo, con miras a la edificación comunitaria y la gloria de Dios.

Palabras clave: Fe cristiana. Cultura. Consumo de alcohol. Templanza. Prohibicionismo. Biblia.

INTRODUÇÃO

A relação entre fé cristã e cultura é fundamental para entender como os valores bíblicos dialogam com práticas e normas sociais ao longo da história. O consumo de bebidas alcoólicas surge como um tema emblemático, refletindo tensões entre a perspectiva bíblica — que associa o vinho à celebração, alegria e provisão divina — e construções culturais que, em especial no protestantismo evangélico, frequentemente estigmatizam seu uso como prática moralmente questionável. Essa discrepância levanta questões sobre como os cristãos devem interpretar e aplicar as Escrituras em meio às pressões culturais, sobretudo em contextos marcados por movimentos como o proibicionismo.

Este artigo busca responder à seguinte pergunta-norteadora: como a cultura secular influenciou as práticas cristãs relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas, e em que medida essas práticas se alinham aos princípios bíblicos? Propõe-se como hipótese que o proibicionismo, enraizado em contextos históricos como a Lei Seca, levou à estigmatização do álcool em comunidades evangélicas, distanciando-as da perspectiva bíblica que valoriza o vinho como bênção divina. Além disso, considera-se que uma hermenêutica equilibrada pode promover práticas cristãs que conciliem liberdade e responsabilidade no uso do álcool. Neste sentido, a pesquisa estrutura-se em três eixos principais: (1) fundamentação teórica, abordando o conceito de cultura e a contextualização bíblica do uso do vinho; (2) análise das práticas, examinando influências históricas, como a Lei Seca, e seus reflexos nas comunidades atuais; e (3) orientações práticas que promovem temperança e discernimento ético à luz das Escrituras.

Com base em uma abordagem qualitativa, a pesquisa ancora-se em uma abordagem interdisciplinar, combinando exegese bíblica, análise histórica e reflexões teológicas, com base em autores como Berti (2024) e McDurmon (2017), que oferecem contribuições significativas

sobre o tema. Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise bibliográfica e hermenêutica. A revisão de literatura abrange fontes primárias, como textos bíblicos do Antigo e Novo Testamento, e secundárias, incluindo obras teológicas e estudos históricos que abordam o impacto de movimentos como o proibicionismo. Assim, o estudo busca contribuir para um discernimento teológico e prático, promovendo uma vivência cristã que equilibre fidelidade às Escrituras, sensibilidade cultural e compromisso ético.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: CULTURA, FÉ CRISTÃ E A PERSPECTIVA BÍBLICA DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

A interação entre cultura e fé cristã constitui um campo de análise essencial para compreender como práticas e valores sociais influenciam a vivência do cristianismo, ao mesmo tempo que a revelação bíblica oferece diretrizes que transcendem contextos culturais. Esta seção de fundamentação teórica aborda dois eixos principais: o conceito de cultura e sua influência nas expressões do cristianismo, e a contextualização bíblica do consumo de bebidas alcoólicas, examinando os princípios e propósitos estabelecidos nas Escrituras. Ao articular esses elementos, busca-se estabelecer uma base sólida para analisar como a autoridade bíblica orienta a avaliação de construções culturais, especialmente no que tange à proibição do álcool em determinados círculos cristãos.

1.1 CONCEITO DE CULTURA E INFLUÊNCIA NO CRISTIANISMO

Conforme Geertz (2008, p. 4), cultura pode ser entendida como um conjunto de teias de significados, criadas e compartilhadas socialmente, que os seres humanos utilizam para interpretar suas experiências e orientar suas ações. Nesse sentido, a igreja cristã mantém um diálogo intrínseco com a cultura, sendo ela mesma uma expressão cultural. Como esclarece Tostes (2024, p. 20), o cristianismo constitui uma manifestação cultural, pois, sob a perspectiva antropológica, “todas as religiões são expressões culturais”. Essa afirmação não reduz a Igreja a uma mera expressão cultural, mas evidencia a ligação intrínseca entre fé e cultura. Como analisado pelo autor, o próprio Cristo utilizou elementos culturais do seu tempo — como a gastronomia e o modo de vida israelita do primeiro século — para transmitir seus ensinamentos (Tostes, 2024, p. 20).

Conforme Alister McGrath (2014, p. 1), o cristianismo moldou a tradição cultural ocidental por meio da síntese entre reflexão teológica e imaginação literária, como exemplificado no trabalho de C. S. Lewis, que integrou temas cristãos à sua obra criativa. A análise dessa influência é complementada por James K. A. Smith (2009, p. 25), que argumenta que práticas culturais cristãs, como a arte e a música, funcionam como “liturgias culturais” — rituais que moldam os desejos e a imaginação dos fiéis, influenciando sua identidade e visão de mundo. Tostes (2024) discorre que essa interação não se limita ao Ocidente; na África, por exemplo, hinos cristãos incorporam ritmos locais, demonstrando a adaptação do cristianismo a diferentes contextos culturais. É possível inferir que, em razão de sua influência na formação da cultura ocidental, o cristianismo tem impactado não apenas crenças, valores e práticas sociais, mas também a arte, a música e a literatura (Tostes, 2024, p. 20).

Conforme Tostes (2024, p. 20), o cristianismo é moldado pela cultura ao mesmo tempo em que a transforma. Rookmaaker (1970, p. 243) reforça que a arte cristã, ao integrar o sagrado ao cotidiano, atua como um agente na formação da visão de mundo cristã. McGrath (2014, p. 173) corrobora, destacando que o cristianismo inspira obras, como *As Crônicas de Nárnia* de C. S. Lewis, que expressam temas transcendentais da fé cristã de forma imaginativa, cativando a sensibilidade estética da sociedade. Tais ideias demonstram o potencial do cristianismo para dialogar com a cultura, revelando o papel da arte como expressão simbólica da experiência humana diante do sagrado e como linguagem sensível na comunicação entre fé e cultura. Como afirma Tostes (2024, p. 20): “a expressão artística é uma manifestação da busca humana por transcendência”. Hans Rookmaaker destaca o papel da arte como expressão significativa da realidade:

A arte nunca é uma cópia da realidade, e não pode ser. A arte sempre oferece uma interpretação da realidade, da coisa vista, das relações, da realidade humana experimentada emocionalmente, racionalmente e de muitas outras formas humanas (Rookmaaker, 1970, p. 236, tradução nossa).

Nesse contexto, guiado por Moore (2024, p. 87), “a igreja foi chamada para existir dentro de uma cultura”. Sob essa perspectiva, o cristão está imerso em um ambiente que tanto o influencia quanto é por ele influenciado. Ele compartilha dos gostos artísticos, da moda, das formas de apreciar a comida e as bebidas da sociedade em que está inserido. Nesse ensejo, o engajamento cultural dos cristãos responde ao chamado de Cristo para serem “sal” e “luz” (Mt 5:13-16) — preservando o que é bom, como o sal, e iluminando o que está em trevas, como a luz. A Igreja, portanto, deve manifestar por meio de suas ações “o que acontece com a cultura quando o Reino nos interrompe no meio do caminho” (Moore, 2024, p. 107). Esse engajamento, que prioriza o Reino de Deus, não conduz ao isolamento,

mas encoraja uma participação ativa na transformação do mundo, representando o Reino de forma encarnacional no contexto cultural.

1,2 CONTEXTUALIZAÇÃO BÍBLICA DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

Inicialmente, observa-se que a bebida alcoólica é um tema recorrente na narrativa bíblica, sendo sua primeira menção encontrada no livro de Gênesis, no episódio da descida de Noé da arca (Gn 9:20-21). Nesse contexto, após a terra ter secado do dilúvio, Noé planta uma vinha e, após o desenvolvimento da planta, colhe os frutos, produz vinho — uma bebida fermentada —, a consome e acaba se embriagando. Fica evidente, portanto, que a bebida produzida por Noé era alcoólica, com potencial para causar embriaguez (McDurmon, 2017, p. 38).

Nesse sentido, cabe destacar a palavra hebraica *yayin*, utilizada no contexto de Gênesis 9. Segundo Berti (2024, p.19), esse é o termo mais utilizado no Antigo Testamento para descrever “vinho” e, ainda segundo ele, não há controvérsia lexical acerca do seu teor alcoólico, sendo este um vinho maturado e claramente inebriante. Nesse aspecto, Joel McDurmon (2017, p. 40) afirma que a palavra *yayin* possui, em seu radical, o significado de “efervescer”, ou seja, “produzir muitas bolhas”. Ele explica que isso ocorre porque *yayin* está relacionado ao processo de fermentação, o qual, ao longo do tempo, em tonéis, libera bolhas de dióxido de carbono. Esse processo evidencia que a bebida fermentada mencionada nos textos bíblicos era, de fato, alcoólica e capaz de causar embriaguez. Tal interpretação é confirmada por diversos relatos das Escrituras, como o episódio já citado de Noé em Gênesis 9, a embriaguez de Ló em Gênesis 19:32-35, a menção ao rei Assuero no livro de Ester, além de passagens nos

Salmos, Provérbios, Isaías e Habacuque³ — todos referenciados nessa obra, em sua análise do tema.

Ademais, “a presença de vinho nas casas era uma demonstração das ricas bênçãos divinas” (Berti, 2024, p. 15). O autor destaca que, embora o vinho fosse reconhecido como um item valioso, ele compunha, juntamente com o pão e o azeite, a mesa do povo de Israel, fazendo parte de sua alimentação básica. Sua principal função era proporcionar alegria, estando frequentemente associado a ocasiões festivas e celebrações. Ainda segundo o autor, “no contexto do Oriente Médio Antigo, o vinho era produzido a partir de uvas de parreiras (*Vitis vinifera*⁴), embora houvesse bebidas fermentadas feitas a partir de outras frutas” (2024, p. 16). A região de Canaã, explicou o autor, se destacava na produção de vinhas, devido à sua localização privilegiada no vale do Jordão e nas proximidades do mar Morto, especialmente na região de En-Gedi.

Além disso, conforme apresentado por Berti (2024), a despeito da variedade de termos hebraicos utilizados para representar o vinho no Antigo Testamento, o vocabulário grego do Novo Testamento referente a essa bebida é bastante reduzido. Tal fato é relevante para a análise, pois, apesar do número limitado de vocábulos utilizados para designar a bebida alcoólica, o idioma grego emprega diversos termos para diferentes formas de sucos ou bebidas não alcoólicas derivadas da uva, a saber: *trux*, *chulós*, *stuphelós*, *borós*, *proouron*, *omphakion*, ou *mesmo ampelou roé* (Berti, 2024, p. 21).

A partir dessa constatação, caso fosse intenção dos escritores bíblicos referirem-se ao suco de uva, haveria termos disponíveis para essa escolha lexical. Assim, quando os autores do Novo Testamento

3 Gênesis 9:20–21; Gênesis 19:32–35; Ester 1:10–11; Salmos 60:3; Provérbios 23:29–35; Isaías 28:7; Habacuque 2:15.

4 SILVA, Luiz Henrique da; MAGALHÃES, Pedro; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. O vinho no Egito Antigo: uma dose de história da química. *Revista Debates em Ensino de Química*, v. 7, n. 2, 2021, p. 19–37. DOI: 10.53903/redequim.9712.4095. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/REDEQUIM/article/download/4095/482484488/482500917>. Acesso em: 20 jun. 2025.

utilizam, por exemplo, o termo *oinós* — o mais comum na língua grega para “vinho” —, estão se referindo a uma bebida alcoólica. Na literatura clássica, esse mesmo termo poderia ser empregado para descrever outras bebidas fermentadas, como cerveja, hidromel, vinho de palma ou de lótus (Berti, 2024, p. 22).

Conforme concluído por Berti (2024) e por McDurmon (2017), que abordam o tema tanto sob uma perspectiva linguística, quanto a partir dos contextos do Antigo e do Novo Testamento, a Bíblia “apresenta uma visão bem diferente da defendida pelos proibicionistas” (Berti, 2024, p. 22). As evidências lexicais e históricas indicam que o vinho mencionado nas Escrituras era, de fato, fermentado e possuía teor alcoólico. Segundo McDurmon, essa constatação pode ser feita apenas com base em Gênesis 9 e na experiência de Noé, que, ao consumir *yayin*, ficou embriagado (McDurmon, 2017, p. 22).

Por fim, no contexto bíblico, o vinho é apresentado como uma bebida fermentada e alcoólica, mencionada explicitamente nas Escrituras. Essa compreensão é sustentada tanto por evidências lexicais quanto pelos relatos narrativos, como o episódio de Noé, que demonstram a capacidade do vinho de causar embriaguez. A esse respeito, o texto bíblico reconhece o vinho como uma substância com características alcoólicas claras, consumida e referida dentro da cultura israelita.

2 ANÁLISE DAS PRÁTICAS: O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM PERSPECTIVA BÍBLICA E CULTURAL

A compreensão do consumo de bebidas alcoólicas no contexto cristão exige uma análise que articule os princípios bíblicos com as influências culturais e históricas que moldaram as práticas e percepções ao longo do tempo. Esta seção examina o tema sob três perspectivas complementares: a visão bíblica que estabelece os fundamentos teológicos para o uso do álcool, os movimentos históricos, como a Lei Seca, que contribuíram para a construção de uma cultura de proibição em certos círculos cristãos, e a interação entre essas influências e as práticas contemporâneas nas comunidades de fé. Ao integrar exegese bíblica e contexto histórico-cultural, busca-se esclarecer como os cristãos podem navegar essa questão com discernimento e fidelidade às Escrituras.

2.1 VISÃO BÍBLICA SOBRE O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

A Bíblia apresenta diversas referências ao consumo de bebidas alcoólicas, abordando o tema em contextos que vão desde a celebração até a moderação moral e espiritual. Nesse sentido, Douglas Wilson, no prefácio da obra de McDurmon, afirma: “A Bíblia é a Palavra de Deus revelada para nós, e, como cristãos batizados, é nossa responsabilidade submeter-nos a ela” (McDurmon, 2017, p. 38).

Nesse contexto, a bebida alcoólica é um elemento presente ao longo de toda a Escritura. Segundo McDurmon (2017, p. 40), no Antigo Testamento, a palavra *yayin* é empregada em 140 ocasiões. Nessa mesma perspectiva, Berti (2024, p. 15) afirma que a bebida, no texto sagrado, é descrita como um instrumento de alegria para as famílias, evidenciando a presença das bênçãos divinas no lar. Ainda segundo este autor, ao vinho bíblico é conferida uma posição de destaque, uma vez que “o pão, o azeite e o vinho compunham a mesa em Israel e eram a tríade da alimentação básica dos hebreus” (Berti, 2024, p. 15). Assim, Berti compreende que, no antigo Israel, o vinho dado por Deus era um símbolo de celebração da vida na presença d’Ele (Berti, 2024, p. 16).

No plano da vida cotidiana, o principal uso do vinho no contexto israelita estava relacionado ao seu consumo durante as refeições comuns (Berti, 2024, p. 16). Um exemplo disso, cujo relato é mencionado no livro de Gênesis, pode ser visto na refeição preparada por Jacó a seu pai Isaque, em que lhe oferece caça e vinho, que ele bebeu (Gn 27:25). Outro exemplo está nas palavras do profeta Jeremias: “Quanto a vocês, colham as uvas para o vinho, as frutas de verão e o azeite. Ponham tudo nas suas vasilhas e morem nas cidades que vocês tomaram” (Jr 40:10b). A esse respeito, Berti (2024, p. 29) afirma que “na época em que a água era a bebida comum para acompanhar as refeições, o vinho era geralmente servido em uma refeição completa”. Ainda nessa perspectiva, o autor ressalta que a bebida era consumida não apenas por pessoas de destaque, como os reis, mas também por trabalhadores, sendo utilizada tanto nas casas quanto levada em odres durante viagens.

Complementando esse panorama, McDurmon (2017) defende que o vinho, além de funcionar como uma bênção comemorativa, também era uma bebida de uso ordinário e legitimamente apreciada entre o povo de Deus. “O vinho simboliza prazer e antegozo da plenitude do Reino vindouro” (McDurmon, 2017, p. 63), evidenciando que

seu consumo transcende a mera funcionalidade alimentar. Como ilustração, esse autor apresenta o Salmo 104, texto que menciona os três elementos fundamentais da mesa israelita: “Fazes crescer a relva para os animais e as plantas que o ser humano cultiva, para que da terra tire o seu alimento: o vinho, que alegra o coração, o azeite, que lhe dá brilho ao rosto, e o pão, que lhe sustém as forças” (Sl 104:14-15).

Essa abordagem, embora desenvolvida em outro escopo, dialoga com a perspectiva de Berti (2024), ao destacar os mesmos elementos (pão, azeite e vinho) como componentes essenciais da alimentação e da expressão das bênçãos divinas no cotidiano hebraico. Assim, tanto Berti (2024) quanto McDurmon (2017), ainda que por caminhos distintos, convergem na valorização do vinho como expressão da generosidade de Deus e da alegria presente na vida comunitária israelita.

Nesse contexto, é relevante examinar os diferentes propósitos do vinho nas Escrituras. McDurmon (2017, p. 63) apresenta a alegria como um dos propósitos do vinho. Em sua leitura do Salmo 104, ele sugere que Deus encontra alegria no prazer e que “Sua intenção é que a sua imagem também saiba ter prazer e reflita a sua glória” (McDurmon, 2017, p. 64). No mesmo sentido, Berti (2024, p. 30) sugere que a alegria do coração humano é a intenção de Deus ao conceder o vinho, entendendo que “Deus deu o vinho para alegrar o seu povo”. A conclusão de Berti (2024, p. 31), com base na leitura de Eclesiastes, é que aproveitar os prazeres, dentre os quais o consumo adequado do vinho faz parte, são dádivas de Deus para seu povo e que é o propósito divino celebrarmos esse presente. “Sei também que poder comer, beber e desfrutar o que se conseguiu com todo o trabalho é dom de Deus” (Ec 3:13). Sobre isso, Marcelo Berti conclui: “não surpreende que a Escritura recomende beber vinho com o coração alegre” (Berti, 2024, p. 31).

Assim, verifica-se que, no contexto bíblico, o vinho é legitimamente valorizado como expressão da bondade e generosidade de Deus. De

acordo com McDurmon (2017, p. 70), “apesar de poder haver uso abusivo do vinho, não devemos, por essa razão, proibir a figura da bênção de Deus – é nossa lembrança do Senhor, e nossa memória da futura glorificação e alegria”. Ainda segundo o autor, há um convite do cristianismo a receber o vinho com o intuito de desfrutarmos, ainda nesta vida, das bênçãos do porvir (McDurmon, 2017, p. 70).

Por meio do pensamento de Berti (2024, p. 32), não há possibilidade de analisar o Antigo Testamento sem reconhecer a perspectiva positiva que o vinho tem. Segundo ele, a celebração que envolve todo o ciclo produtivo, ou seja, do plantio à colheita, do seu uso recorrente nas festividades e momentos de celebração, religiosos ou não, além do sustento provido nas refeições ordinárias, são símbolos claros do sustento e proteção de Deus para com o povo veterotestamentário (Berti, 2024, p. 32).

O pensamento de Berti (2024) e McDurmon (2017) convergem ainda acerca do simbolismo escatológico, neotestamentário, que o vinho abarca. Berti afirma que no novo mundo haverá lugar garantido para o vinho. “Ele não será o centro, nem mesmo a parte mais importante, mas estará lá. Será, mais uma vez, um símbolo da benevolência divina, um marco de alegria, um elemento para a celebração” (Berti, 2024, p. 32). Dessa forma, depreende-se que, para além de seu aspecto material, o vinho ocupa um lugar teológico relevante nas Escrituras, servindo como expressão da alegria presente, do cuidado divino no cotidiano e da esperança escatológica no porvir.

2.2 INFLUÊNCIA DA LEI SECA E A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA PROIBIÇÃO

Ainda que a Bíblia seja clara em proibir a embriaguez (Pv 20:1; 1 Co 6:10), é importante destacar que a compreensão do vinho nas Escrituras está fortemente ligada à sua função como expressão

legítima da bênção e alegria divinas (Sl 104:14-15; Jo 2:1-11), em contraste com as construções culturais modernas que o associam à imoralidade ou ao pecado.

Um dos marcos mais expressivos dessa inversão de perspectiva foi a Lei Seca nos Estados Unidos (1920–1933). Segundo McDurmon (2017, p. 143), o movimento proibicionista carecia de fundamentos bíblicos, emergindo de uma aliança entre grupos protestantes evangélicos, movidos por interesses políticos e uma agenda de controle moral, e setores eugênicos que buscavam moldar uma sociedade mais produtiva e disciplinada por meio da sobriedade forçada. Nelson (2016, p. 333) reforça que tanto a proibição quanto a eugenia, como religiões implícitas, buscavam fortalecer a nação por meio de controles sociais seculares, substituindo valores cristãos por uma visão científica de progresso. Essa ideologia, alheia à tradição bíblica sobre o vinho, distorceu o entendimento cristão do álcool (Nelson, 2016, p. 308).

Essa distorção da perspectiva bíblica abriu espaço para um movimento proibicionista que combinava moralismo protestante com interesses políticos e científicos. A Lei Seca (1920–1933)⁵ foi fruto de uma complexa combinação de fatores sociais, políticos e ideológicos. Além das motivações religiosas, o movimento ganhou força por meio de discursos moralizantes e preocupações com a ordem pública. Nelson (2016, p. 310) observa que muitos defensores da proibição viam o álcool como a raiz de males sociais como pobreza, violência doméstica e improdutividade, acreditando que sua erradicação levaria a uma sociedade mais disciplinada e próspera.

Dessa forma, a medida proibicionista se consolidou como um projeto de engenharia social, mais vinculado a interesses políticos do que a

5 SURRA DE LÚPULO. A Lei Seca | Surra #235. [S.l.]: YouTube, 2024. Disponível em: <https://youtu.be/aPceO3db9MY>. Acesso em: 20 jun. 2025.

fundamentos bíblicos. Ainda de acordo com a visão de Nelson (2016, p. 309), o movimento substituiu explicações tradicionais cristãs (como o pecado original) por uma visão secular que identificava o álcool como a principal causa de depravação humana. A eliminação do álcool era vista como um meio de alcançar uma salvação secular, alinhada com o projeto moderno de progresso e racionalidade. Nelson (2016, p. 308, grifo nosso, tradução nossa) destaca que “não foi até que a crença no pecado original [...] começou a erodir no Iluminismo que novos ‘demônios seculares’, como a tentação do álcool, começaram a emergir, refletindo a influência de uma religião implícita”.

A atuação dos eugenistas foi igualmente determinante na consolidação do proibicionismo. Saleeby, em *The Progress of Eugenics* (1912, p. 243), médico e ideólogo do movimento eugenista, defendia que o álcool era um “veneno racial”, capaz de comprometer geneticamente futuras gerações. Essa ideia ganhou respaldo na *Anti-Saloon League* (ASL), grupo que incorporou o discurso eugenista em sua campanha, alinhando-o à visão protestante de purificação moral e genética (Kerr, 1985, p. 1-2; Weikart, 2004, p. 138).

Como discutido por Spiro (2009, p. 137), a convergência entre eugenistas e a ASL visava purificar a sociedade por meio de políticas públicas que eliminassem o álcool como um fator degenerativo, refletindo a cultura proibicionista enraizada no protestantismo americano, que via na abstinência um caminho para a regeneração nacional.

A presença feminina no movimento de temperança foi significativa, especialmente por meio da *Women’s Christian Temperance Union* (WCTU), liderada por figuras como Frances Willard. Segundo Parker (1997, p. 21), a WCTU promoveu a abstinência alcoólica como parte de uma agenda de regulação moral, estabelecendo o Departamento de Pureza em Literatura e Arte para influenciar formas culturais

locais, estaduais e federais, alinhando-se à visão protestante de regeneração moral por meio do controle da “impureza” cultural. Spiro (2009, p. 127-137) complementa que a WCTU incorporou a lógica da eugenia à sua agenda, criando departamentos voltados ao estudo da hereditariedade como justificativa científica para a proibição como purificação social.

Engs (2000, p. 9) argumenta que a associação entre o controle do corpo feminino, moralidade cristã e saúde pública foi central para justificar uma legislação purificadora, refletindo uma cultura proibicionista enraizada no protestantismo, que transformou a saúde em uma “religião” de perfeição moral e via o álcool como uma ameaça à pureza espiritual e social. Levine (1985, p. 52-53) complementa essa perspectiva ao destacar que o Movimento de Temperança, também fundamentado no protestantismo, redefiniu a embriaguez habitual como uma doença aditiva caracterizada pela perda de controle, promovendo a abstinência total como solução e reforçando a demonização do álcool. Enquanto Engs enfatiza o controle do corpo feminino e os ciclos de reforma moral, Levine foca na construção histórica do alcoolismo como uma falha moral e médica, mas ambos concordam que o puritanismo moldou a visão do álcool como um “demônio secular” que justificava a proibição.

As consequências da Lei Seca (1920–1933) foram profundas e duradouras. Conforme McGirr (2015, p. 86), o proibicionismo, impulsionado por valores protestantes de controle moral, ampliou o poder do Estado, especialmente em termos de fiscalização e repressão policial, afetando desproporcionalmente comunidades de imigrantes e afro-americanos, como em batidas policiais em bares étnicos frequentados por italianos e irlandeses. Ao invés de erradicar o consumo de álcool, a medida fortaleceu o crime organizado, como redes de contrabando lideradas por figuras como Al Capone (Okrent, 2010, p. 272).

A ideia de controle moral do comportamento público, enraizada na retórica protestante da *Anti-Saloon League* e da WCTU (Kerr, 1985, p. 2, 9–10), impulsionou a proibição nos Estados Unidos por meio de uma abordagem pioneira de pressão política de questão única, moldada por valores evangélicos e pela eficiência burocrática da “revolução organizacional” (Kerr, 1985, p. 5, 26–27). K. Austin Kerr, utilizando arquivos inéditos da ASL, destaca como a liga transformou esse fervor moral em força legislativa, alinhada ao progressismo do início do século XX (Kerr, 1985, p. 7), com ecos em políticas contemporâneas, como a “guerra às drogas” (McGirr, 2015, p. 205; Kerr, 1985, p. 24).

Assim, a análise da Lei Seca revela que o movimento proibicionista americano representou menos uma reforma baseada em princípios bíblicos e mais um projeto de engenharia social que combinava interesses políticos, científicos e moralizantes. A convergência entre grupos protestantes, eugenistas e organizações como a ASL e WCTU conseguiu institucionalizar uma visão do álcool como “demônio secular”, rompendo definitivamente com a tradição escriturística que celebrava o vinho como dádiva divina.

2.3 INTERAÇÃO ENTRE CULTURA CRISTÃ E PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

A relação entre o ensino bíblico sobre o vinho e as práticas contemporâneas no meio cristão revela um campo tensionado por heranças culturais, tradições e reinterpretações. Como já demonstrado, tanto Berti (2024) quanto McDurmon (2017) destacam que a Bíblia não apresenta uma perspectiva proibicionista sobre o consumo de bebidas alcoólicas, mas sim recomenda moderação e alegria legítima como parte da bênção divina. Contudo, a influência histórica de movimentos como o proibicionismo norte-americano deixou marcas profundas em comunidades cristãs globais, incluindo o Brasil, que recebeu forte

influência da visão evangélica norte-americana, criando uma cultura onde, em muitas igrejas evangélicas, a abstinência total passou a ser vista como sinal de santidade ou superioridade espiritual, mesmo sem respaldo direto das Escrituras (McDurmon, 2017, p. 142).

Esse afastamento entre texto bíblico e prática cultural não ocorre em um vácuo histórico. Segundo Christian Smith (1998, p. 99), a subcultura evangélica moderna caracteriza-se por um delicado equilíbrio entre resistência à modernidade secular e adaptação pragmática a ela — processo que pode levar a modificações nos conteúdos e estilos das crenças religiosas. Como demonstra Mendonça (2005, p. 52), o protestantismo histórico brasileiro construiu sua identidade sobre uma ética racional e padrões morais rígidos herdados do modelo burguês vitoriano, que visavam distinguir os “crentes” dos “mundanos”. Essa dinâmica, como analisa Mariano (1999, p. 114), aprofundou-se no neopentecostalismo através de proibições concretas — como a abstinência de álcool —, que funcionam menos como imperativos teológicos e mais como marcadores de santidade, reforçando a dicotomia entre “nós” (os puros) e “eles” (os pecadores). Esse fenômeno demonstra como as escolhas morais e éticas nas comunidades de fé estão profundamente entrelaçadas com dinâmicas sociais e culturais, e não apenas com exegese bíblica.

Nesse sentido, Lewis (2017, p. 115), no capítulo intitulado “As virtudes cardeais”, destaca que a palavra “temperança” perdeu, ao longo do tempo, seu significado original, sendo atualmente associada, de forma mais restrita, à abstinência do consumo de bebidas alcoólicas. O escritor reconhece que o islamismo é uma religião proibicionista em relação ao álcool; no entanto, ele ressalta que o cristianismo não compartilha dessa visão restritiva (Lewis, 2017, p. 116).

Ainda sobre esse aspecto, afirma que “a temperança não se referia especialmente à bebida, mas a todos os prazeres” (Lewis, 2017, p. 116). O sentido fundamental da virtude, portanto, não estaria na abstinência

em si, mas no uso moderado dos prazeres — isto é, na manutenção do equilíbrio frente aos desejos (Lewis, 2017, p. 116). Prossegue argumentando que um traço de caráter degenerado se revela na postura daquele que “não consegue abster-se de nada sem forçar todos ao seu redor a também abrirem mão daquilo”, enfatizando que tal atitude não corresponde ao modo cristão de viver (Lewis, 2017, p. 116).

Além disso, autores como James K. A. Smith (2009) ressaltam que o imaginário cultural cristão moderno muitas vezes não se apoia tanto em doutrinas explícitas, mas em hábitos, rituais e práticas que moldam os desejos e a imaginação do fiel. Como afirma o autor:

Enfatizamos que os seres humanos são antes e fundamentalmente criaturas afetivas moldadas por práticas — criaturas que amam antes de pensar, que imaginam antes de teorizar — por isso, precisamos de uma compreensão correspondente da relação entre adoração e cosmovisão (ou doutrina). (Smith, 2009, p. 134, tradução nossa).

Nesse sentido, práticas como a proibição ou demonização do álcool, manifestas em campanhas de temperança ou proibições em eventos eclesiais, funcionam como liturgias culturais que orientam o coração, mesmo quando não estão diretamente ancoradas no ensino bíblico. Tais práticas, conforme destaca Smith (2009, p. 24), operam como pedagogias de desejo que moldam afetivamente o coração (*kardia*), configurando identidades e disposições por meio de rituais culturais, independentemente de sua fundamentação bíblica. Ao estudar a interação entre práticas contemporâneas e heranças bíblicas, torna-se evidente que muitas comunidades vivem sob influências moralistas e legalistas que obscurecem a liberdade cristã e o chamado bíblico ao uso responsável e grato das dádivas de Deus.

Portanto, ao alcançar este ponto da análise, verifica-se que a relação entre Bíblia, cultura e prática cristã contemporânea é complexa e multifacetada. Conforme aponta Hunter (1991), nenhuma

comunidade religiosa vive isolada das forças culturais ao seu redor; pelo contrário, há uma negociação constante entre tradição e contexto. Mesmo as tradições religiosas que afirmam seguir normas absolutas e transcendentais não estão imunes às influências do ambiente cultural em que estão inseridas.

Como o autor observa: “Mesmo o evangélico mais fiel à Bíblia, o católico mais vinculado a Roma e o judeu ortodoxo mais observante foram influenciados de formas sutis, ainda que não reconhecidas” (Hunter, 1991, p. 132, tradução nossa). Diante desse panorama, é crucial que os cristãos desenvolvam uma hermenêutica que seja fiel ao texto bíblico, mas também atenta aos condicionamentos culturais herdados, distinguindo entre aquilo que é genuinamente mandamento divino e o que é construção cultural. Esse discernimento permitirá que a prática cristã contemporânea recupere a riqueza simbólica e sacramental do vinho, não como objeto de tropeço, mas como expressão alegre da generosidade divina.

3 ORIENTAÇÕES PRÁTICAS: SOBRIEDADE E MODERAÇÃO À LUZ DA BÍBLIA

A análise teológica realizada até aqui evidencia que, nas Escrituras, o vinho é visto como um dom legítimo de Deus, associado à celebração, alegria e bênção (Berti, 2024; McDurmon, 2017). Contudo, tal reconhecimento não implica uma defesa irrestrita de seu consumo. Ao contrário, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, há advertências claras quanto aos perigos do uso abusivo do álcool, que leva à embriaguez, à dissolução moral e ao enfraquecimento do testemunho cristão (Ef 5:18; Pv 20:1).

Segundo Berti (2024, p. 33), a embriaguez é vista como um desvio grave porque afasta o indivíduo da sobriedade necessária para a vida piedosa e comunitária, comprometendo não apenas seu relacionamento com Deus, mas também com o próximo. Nesse sentido, conforme a análise de McDurmon (2017, p. 90) acerca de Provérbios 23:29–35, é possível aprender que a virtude bíblica que deve orientar o consumo de álcool é a temperança — a habilidade de praticar o autocontrole e a moderação, profundamente enraizada na tradição protestante de disciplina moral.

O comentário bíblico da Bíblia de Estudo NAA (Nova Almeida Atualizada) (2018, p. 1098) destaca a tolice da embriaguez, ao ponto de comunicar “as trágicas consequências do excesso de vinho” por meio de uma analogia que expressa como o pecado humano viola o propósito divino para o vinho. Em sua análise de Provérbios 23:29–35, Lopes (2016, p. 477) argumenta que o uso desregrado do álcool gera diversos problemas — não apenas para o indivíduo, mas também para sua família —, destacando as consequências sociais associadas ao seu consumo, que, segundo ele, justificam a oposição ao uso desse tipo de bebida.

Nesse sentido, é importante reconhecer que há pessoas que, por questões genéticas, psicológicas ou experiências passadas, são especialmente vulneráveis ao alcoolismo e à dependência. Como afirma Berti (2024, p. 73, grifo nosso), “é um dos vícios impelidos pela fragilidade humana, [...] a embriaguez não é produzida pelo vinho, mas por uma disposição corrompida da vontade humana”. Para esses irmãos e irmãs na fé, o consumo de bebidas alcoólicas pode representar um risco real à saúde física, emocional e espiritual (Lopes, 2016, p. 480).

A liberdade cristã não deve ser exercida de maneira egoísta ou insensível: a liberdade para consumir não pode se tornar uma ocasião para o tropeço do outro (cf. Rm 14:13–21). É nesse contexto que se insere a recomendação apostólica de Paulo em 1 Coríntios 10:23–33, quando exorta os cristãos a viverem não apenas segundo seus direitos, mas segundo o princípio do amor.

A abstenção consciente do álcool, portanto, pode ser um ato de amor. Embora o cristão tenha liberdade para consumir vinho moderadamente, ele também é chamado a considerar os impactos de suas escolhas sobre os mais fracos na fé ou sobre aqueles que lutam contra vícios. Como destaca McDurmon (2017, p. 103), a virtude cristã se manifesta não apenas no que fazemos, mas no modo como ponderamos as consequências comunitárias de nossas ações. Ele argumenta que, em contextos como eventos eclesiais onde a presença de álcool pode causar desconforto, abrir mão voluntariamente de seu consumo pode ser um testemunho poderoso de empatia e serviço, evidenciando que a liberdade cristã está subordinada ao bem do outro (McDurmon, 2017, p. 103). Essa perspectiva é igualmente destacada por C. S. Lewis (2017, p. 116), ao refletir sobre o papel da moderação e da abstenção no contexto cristão. Para ele:

É bem possível que seja dever de um cristão em particular, ou de todo cristão em determinadas ocasiões, abster-se de bebida forte, seja porque ele é o tipo de pessoa que não consegue beber sem passar do limite, seja porque ele está acompanhado de pessoas que têm tendência ao alcoolismo e não quer encorajá-las bebendo junto com elas. Mas o ponto em questão é que, por um bom motivo, ele se absterá de algo que não condena totalmente e até gosta de ver os outros apreciando (Lewis, 2017, p. 116).

Com isso, Lewis contribui para uma ética cristã que não é proibicionista, mas sensível ao contexto, ao próximo e ao chamado bíblico à temperança. Sua argumentação reforça a ideia de que renunciar a certas liberdades, por amor e responsabilidade, não é fraqueza, mas maturidade cristã.

Adicionalmente, as Escrituras oferecem diretrizes explícitas para aqueles que ocupam funções específicas dentro da igreja, especialmente no ministério pastoral. Há exortações claras quanto à sobriedade, ao domínio próprio e à conduta irrepreensível, como se vê em 1 Timóteo

3:2–3, onde se afirma que “é necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher, moderado, sensato, respeitável, hospitaleiro, apto para ensinar; não deve ser apegado ao vinho, nem violento, mas sim amável, pacífico e não apegado ao dinheiro” (1 Tm 3:2–3). De modo semelhante, Tito 1:7–8 reforça que o líder deve ser “hospitaleiro, amigo do bem, sensato, justo, piedoso e que tenha domínio próprio” (Tt 1:7–8). Esses textos não apenas destacam qualidades essenciais do líder cristão, mas também refletem um princípio mais amplo de responsabilidade ética e espiritual.

O pastor é chamado a ser exemplo para o rebanho, conduzindo com integridade e equilíbrio, sem agir por ganância ou opressão, mas com espírito voluntário e coração humilde (1 Pe 5:2–3). Além disso, espera-se que demonstre maturidade para renunciar a determinadas liberdades pessoais, caso estas se tornem motivo de tropeço para outros, conforme ensinam textos como 1 Coríntios 8:9–13 e Romanos 14:21, nos quais Paulo exorta os crentes a evitarem qualquer prática que possa escandalizar o irmão mais fraco. Assim, ainda que a Bíblia não imponha proibições absolutas em algumas áreas, ela estabelece padrões éticos elevados que orientam a conduta pastoral com vistas à edificação da comunidade e à glória de Deus.

Em síntese, embora a demonização do vinho e do álcool seja um erro histórico marcado por interpretações culturalmente enviesadas, o uso responsável e temperante das bebidas alcoólicas é um imperativo bíblico. A tradição cristã é chamada a recuperar o significado positivo do vinho, mas também a reafirmar a importância do domínio próprio, do cuidado com os vulneráveis e do testemunho comunitário. Segundo destacam Berti (2024, p. 37) e McDurmon (2017, p. 142), a virtude da temperança não nega as dádivas de Deus, mas as coloca em seu devido lugar, ordenando-as para o bem, a alegria e a edificação mútua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que, à luz das Escrituras, o consumo de vinho e bebidas alcoólicas é apresentado como uma dádiva legítima de Deus, associada à celebração, à alegria e à provisão divina para seu povo. Contudo, as advertências bíblicas contra o uso desordenado dessas dádivas são igualmente claras, estabelecendo a temperança como um imperativo ético do comportamento cristão. Assim, a prática do consumo responsável deve ser permeada por consciência, sobriedade e amor ao próximo, considerando, por exemplo, a abstenção em eventos eclesiais para proteger membros vulneráveis ao alcoolismo, de modo a preservar o testemunho cristão e a unidade da comunidade de fé.

Ressalta-se que este estudo não constitui uma apologia ao consumo de álcool, tampouco um incentivo ao seu uso indiscriminado. Antes, busca recuperar o ensino bíblico equilibrado sobre o tema, livre das distorções culturais, moralistas e políticas que, especialmente no contexto do protestantismo evangélico influenciado pelo proibicionismo norte-americano, obscureceram a compreensão genuína do texto sagrado. O compromisso cristão consiste em submeter-se com fidelidade e discernimento à Palavra de Deus, preservando a liberdade que nela há, mas reconhecendo a responsabilidade comunitária que essa liberdade implica. A virtude da temperança, portanto, não é apenas uma recomendação prudente, mas um mandamento amoroso para o bem do indivíduo, da comunidade e da glória de Deus.

Conclui-se que a análise do consumo de bebidas alcoólicas no contexto bíblico exige rigor hermenêutico, responsabilidade ética e discernimento pastoral. Há uma necessidade contínua de aprofundar os estudos sobre como os cristãos contemporâneos, especialmente em contextos brasileiros, podem integrar a compreensão bíblica das

dádivas divinas com os desafios éticos e sociais das comunidades de fé. Investigações futuras poderiam explorar, por exemplo, as práticas de abstenção voluntária em igrejas protestantes no Brasil, os impactos pastorais de líderes que adotam ou rejeitam o consumo moderado, ou comparações interculturais entre tradições cristãs, como o uso de suco de uva na Ceia em igrejas evangélicas versus vinho em igrejas ortodoxas.

Adicionalmente, estudos interdisciplinares que combinem teologia bíblica, psicologia pastoral e sociologia da religião podem oferecer perspectivas ricas sobre questões como vício, liberdade cristã e responsabilidade comunitária. Em todos esses empreendimentos, permanece fundamental a submissão à autoridade das Escrituras, evitando acréscimos legalistas ou omissões permissivas. O compromisso último é honrar a Deus em todas as dimensões da vida, discernindo, com temor e alegria, como viver de forma santa, sábia e amorosa neste mundo.

REFERÊNCIAS

BERTI, Marcelo. **O cristão pode beber? O que a Bíblia tem a dizer sobre bebidas alcoólicas.** São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2024.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudos NAA.** Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

ENGS, Ruth Clifford. **Clean living movements: American cycles of health reform.** Westport: Praeger, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HUNTER, James Davison. **Culture wars: the struggle to define America.** New York: Basic Books, 1991.

KERR, K. Austin. **Organized for prohibition: a new history of the Anti-Saloon League**. New Haven: Yale University Press, 1985.

LEVINE, Harry Gene. The discovery of addiction: Changing conceptions of habitual drunkenness in America. **Journal of Substance Abuse Treatment**, v. 2, n. 1, p. 43-57, 1985. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0740-5472\(85\)90022-4](https://doi.org/10.1016/0740-5472(85)90022-4). Acesso em: 23 maio 2025.

LEWIS, C. S. **Cristianismo puro e simples**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LOPES, Hernandes Dias. **Provérbios: manual de sabedoria para a vida**. São Paulo: Hagnos, 2016.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MCDURMON, Joel. **O que Jesus beberia?** São Paulo: Monergismo, 2017.

MCGIRR, Lisa. **The war on alcohol: prohibition and the rise of the American State**. New York: W. W. Norton & Company, 2015.

MCGRATH, Alister E. **The Intellectual World of C. S. Lewis**. London: Wiley-Blackwell, 2014.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **A religião e a modernidade: o caso do pentecostalismo**. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 48-67, set./nov. 2005.

MOORE, Russell. **Como viver no mundo sem abrir mão do evangelho**. São Paulo: Mundo Cristão, 2024.

NELSON, R. H. Prohibition and eugenics: implicit religions that failed. **Implicit Religion**, v. 19, n. 2, p. 307-335, 2016. DOI: 10.1558/imre.30841.

OKRENT, Daniel. **Last call: the rise and fall of prohibition**. New York: Scribner, 2010.

PARKER, Alison M. **Purifying America: women, cultural reform, and pro-censorship activism, 1873-1933.** Urbana: University of Illinois Press, 1997.

ROOKMAAKER, H. R. **Modern art and the death of a culture.** London: Inter-Varsity Press, 1970.

SALEEBY, Caleb Williams. **The progress of eugenics.** London: Cassell, 1912.

SMITH, Christian. **American evangelicalism: embattled and thriving.** Chicago: University of Chicago Press, 1998.

SMITH, James K. A. **Desiring the Kingdom: Worship, Worldview, and Cultural Formation.** Grand Rapids: Baker Academic, 2009.

SPIRO, Jonathan Peter. **Defending the master race: conservation, eugenics, and the legacy of Madison Grant.** Burlington: University of Vermont Press, 2009.

TOSTES, Erlan. **Onde está Deus na cultura pop? Um olhar cristão sobre o mundo do entretenimento.** São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2024.

WEIKART, Richard. **From Darwin to Hitler: Evolutionary ethics, eugenics, and racism in Germany.** New York: Palgrave Macmillan, 2004.